

## A CRISE POLÍTICA BRASILEIRA

Áurea Maria Guimarães \*  
 Clélia Ester Ragonha \*  
 Elisabeth M. M. de Pádua \*  
 José Arlindo de Nadai \*  
 Lorival Rodrigues de Souza \*

### I — POSIÇÃO DO PROBLEMA

A atual situação sócio-política-brasileira atinge um momento crítico, que está a exigir uma reflexão e uma tomada de posição acerca de novos rumos, tanto por parte do Estado, quanto por parte da sociedade.

Não é difícil constatar uma inadequação das instituições políticas frente às necessidades e aspirações da sociedade como um todo. As elites que detêm o poder político são resistentes a qualquer tipo de mudança que coloque em risco a sua hegemonia. Embora ainda esteja conseguindo manter esta hegemonia, o Estado está sofrendo pressões consideráveis das forças sociais emergentes, e está tentando contornar estas pressões, cedendo em alguns setores, até onde não sinta ameaças à manutenção de sua própria estrutura.

O sistema político atual é fruto de uma intervenção militar, que há quinze anos implantou no Brasil um regime autoritário de governo, de bases militares e esquema administrativo tecnocrático, proposto como forma de conduzir o desenvolvimento econômico e social do país, colocando-o na esfera do capitalismo ocidental. Cristaliza definida teoria política, que condiciona o progresso social da nação a rígidos limites de segurança interna e estabilização política. O Estado se investiu de um papel tutelar da sociedade, inibindo coercitivamente a livre manifestação e organização política, mantendo afastados dos centros decisórios e sem canais de representação os grupos majoritários da população, declarada e mantida em situação de minoridade política.

A institucionalização do regime criou um sistema bipartidário, onde os partidos surgiram compulsoriamente, sem representatividade social, para manter o regime em condições aparentes de legitimidade e legalidade política.

No plano econômico, o programa de desenvolvimento proposto, vai sustentar e promover alianças dos interesses industriais e financeiros do Estado, com o capital estrangeiro, através das multinacionais, ficando os grupos empresariais nacionais, praticamente marginalizados, vindo a reboque neste processo.

Após quinze anos de funcionamento deste pacto, não sem dificuldades conjunturais internas e externas, o país chega a diversos impasses, que caracterizam a situação de instabilidade atual, a saber:

1. Agudas contradições surgem entre o sistema político-econômico vigente e os interesses da camada populacional majoritária e de outros grupos definidos da sociedade brasileira.

2. O forte esquema autoritário de segurança e sustentação do poder, alijou a sociedade de verdadeira participação política, colocando profunda separação entre Estado e Nação, e expondo o poder à contestação de sua legitimidade, por parte da sociedade.

---

(\*) Alunos do Mestrado em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

3. A desativação coercitiva dos sindicatos de classe e das organizações sociais e políticas, estancou um processo de politização das massas urbanas e rurais, processo este que se verificava na fase imediatamente anterior à intervenção militar de 64.

4. O modelo econômico implantado produziu extrema concentração da renda e da riqueza, aprofundou desigualdades na distribuição dos seus benefícios, criou na população um consumismo aleatório, impondo sacrifícios econômicos e sociais à massa trabalhadora.

5. Ao se modernizar, o país passa a ter um novo tipo de dependência, não mais na periferia do capitalismo internacional, mas integrado nele; internamente, a acumulação e a criação de excedentes de capital se fez à custa de uma política de achatamento salarial, criando pobreza e privação do essencial para as classes populares.

6. A estrutura de propriedade privada, seja em termos de terras, seja em meios de produção, bens ou renda, se concentrou ainda, mais, em mãos de minorias. Nenhum projeto de mudança na estrutura econômica, social e política foi realizado pelo sistema, mas apenas distribuição de precários programas e serviços, como benesses concedidas em termos de frutos periféricos do desenvolvimento.

Conclui-se que os custos políticos, sociais e econômicos pagos pela sociedade brasileira, foram tão altos e patentes, que isolaram as classes dirigentes das bases sociais, fazendo surgir sinais "perigosos", prevendo desequilíbrios políticos e sociais. Diante destas possibilidades desestabilizadoras, o próprio regime instalado tenta uma modernização para minimizar estes desequilíbrios e fugir às confrontações diretas.

Do lado da sociedade, verifica-se que mesmo após quinze anos de tutela do poder autoritário e coativo, mantêm-se vivos na população, anseios de emancipação política, social e econômica, emergindo à revelia do sistema manifestações de insatisfação e profunda frustração diante do "status quo". Constata-se que, apesar de toda a repressão do aparelho de Estado, os vários governos da revolução não conseguiram estancar o desejo de participação do povo, nem erradicar de vez o pensamento de que mudar é preciso e possível, nem mesmo conseguiram impedir de todo as formas mínimas de organizações de base. Prova disso são as organizações de movimentos, operários, associações de classe, comunidades de Igreja, sindicatos, OAB, Sociedades de Amigos de Bairro, movimento de mulheres e outros.

O regime não conseguiu abafar estas oposições, que se articularam e se expressaram por duas vezes em eleições que, apesar de controladas de várias formas pelo sistema, ameaçaram a maioria do governo na Câmara e no Senado, forçando-o mais uma vez a medidas discricionárias, como foi o "pacote de abril", que produziu os biônicos e todos os governadores dos Estados.

Desde então, o governo vem acenando com uma abertura democrática sobre a qual devemos lançar uma suspeita: trata-se de uma manobra para afirmação do sistema, que pretende perpetuar-se através de reformas, avanços calculados, conciliações, que, de fato, não implicariam uma mudança estrutural.

Faz parte desta manobra de abertura, certas reformas em pontos de estrangulamento, que não se podem mais sustentar, como reajuste salarial semestral, anistia parcial, reforma partidária, reforma da CLT etc., reformas estas que visam a aliviar as tensões sociais.

A contrapartida desta situação, seria a negação do que aí está, a partir da ocupação, pelas oposições, de qualquer espaço político que se apresente.

Evidencia-se uma necessidade de mudança radical desta sociedade de dominação, opressão e miséria, para uma sociedade de igualdade efetiva de direitos, de

participação, participação social dos meios e bens de produção, de acesso à cultura e aos centros decisórios.

## II – PROJEÇÕES E ALTERNATIVAS

Como vimos, o poder central, ao se reorganizar, tem de fazer algumas concessões aos diversos grupos sociais com alguma força de pressão. Estas concessões podem abrir brechas para uma redefinição da ação política que visa a diminuir o espaço político do Estado autoritário, possibilitando o encaminhamento para uma mudança estrutural.

A conquista do espaço político por parte dos grupos sociais poderá ocorrer de várias formas e por diversos caminhos, mas, de qualquer maneira, o Estado democrático se organizará a partir das classes populares.

A organização das classes populares, é entendida aqui, como sendo participação de todos os grupos sociais, urbanos e rurais, no sentido de uma orientação para a ação política.

Nos grandes centros urbanos, o tipo de participação e orientação para uma ação política já se faz presente, em alguns grupos organizados, a exemplo dos trabalhadores metalúrgicos.

De 1964/74, o movimento sindical sofreu um processo de desmantelamento, quando seus verdadeiros líderes foram afastados a favor dos pelegos do Estado. A partir de 1974, os sindicatos se reorganizam em novas bases, através das oposições sindicais, e esta nova organização fica evidente nas greves de 1978 e 1979.

No entanto, incentivamos a urgente organização de uma unidade sindical dos trabalhadores, como força de pressão articulada, em torno de uma plataforma comum de luta dos pequenos e grandes sindicatos. O que não pode ser perdido, no momento atual, é a criação de formas de organização que garantam a busca permanente de uma ação sindical unitária.

Na última década, surge uma nova forma de participação e organização das classes populares, através das Comunidades Eclesiais de Base. Estas comunidades surgiram sobretudo a partir de Medellín ( 1968 ), quando a ação pastoral da Igreja se volta para as classes populares, que se concentram geralmente nas periferias das grandes cidades ou no campo.

Dada a sua forma de organização, no Brasil, no período pós-Revolução de 64, ao contrário do que ocorreu com o movimento sindical, a Igreja pode organizar tais comunidades apesar das intervenções diretas do poder central, o que propiciou o surgimento de autênticas organizações populares, e a emergência de lideranças significativas.

Durante o período de repressão vivido pela sociedade brasileira, estas comunidades foram das únicas vias de manifestação popular. Porém, devido a sua própria estrutura, a Igreja não pode canalizar os resultados de todo este trabalho com as classes populares, para reivindicações mais amplas, de cunho político.

No entanto, aproveitando sua organização, as CEBs podem ser fértil campo de discussão dos problemas que afetam suas comunidades e a sociedade brasileira, além de permitir a formação de lideranças conscientes no meio do povo.

Com o processo de abertura política atual, alguns destes líderes poderão, ou não, se engajar nos futuros partidos; a presente proposta é a de que estes líderes não percam seus vínculos com as comunidades de origem e, ao mesmo tempo, promovam

uma base de sustentação entre estas comunidades, incentivando uma ação política integrada.

Da forma como estão organizadas, as CEBs não se constituem num grupo de pressão política. Somente na medida em que se converterem em canais de participação efetiva, organizando a população, é que se poderão tornar uma força de pressão.

Nos centros urbanos, a organização das classes populares se fez também através das Sociedades de Amigos de Bairro.

Em São Paulo, as SABs surgiram no pós-guerra e tiveram um período expressivo na década de 50. Esta foi uma época de intensa mobilização política, quando partidos e lideranças populistas disputavam as preferências da população. Desde o seu surgimento, as SABs sempre se concentraram em torno da obtenção de melhorias urbanas básicas. A eficácia da atuação destas sociedades dependia do atendimento de seus pedidos pelos poderes públicos, e sua autonomia se relacionava diretamente ao seu poder de barganha e pressão diante das instituições.

Desse período até a década de 60, não se reivindicava apenas medidas de caráter imediato, mas passa-se a discutir os problemas da cidade de modo geral.

Nesta época, o poder público, numa tentativa de descentralização do atendimento à população, cria as Administrações Regionais. As SABs, que eram as intermediárias diretas entre as classes populares e as instituições, passam a ter sua força de pressão atenuada pelas ARs, e o atendimento das reivindicações locais passou a depender quase exclusivamente da benevolência dos poderes públicos.

Por outro lado, as SABs se poderão constituir em força de pressão, se não perderem a função de aglutinar certos grupos e camadas da população que não têm oportunidade de se organizarem de outra forma.

As lideranças que também emergem neste tipo de organização, trazem no seu bojo alto grau de representatividade, e são forças que não se podem deixar cooptar pelo poder central, mantendo autonomia e um vínculo com a base.

Outra forma de organização das classes populares pode ser efetuada através das cooperativas.

Os princípios originais dos Pioneiros de Rochdale datam de 1844, revistos pelo congresso da Aliança Cooperativa Internacional de 1966, expressam o seguinte:

1. Adesão livre.
2. Gestão democrática.
3. Distribuição das sobras:
  - a) ao desenvolvimento das cooperativas;
  - b) dos serviços comuns;
  - c) dos associados.
4. juros limitados ao capital;
5. constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral;
6. cooperação entre as organizações a nível local, nacional e internacional.

Esses princípios são tidos como utopia cooperativista. O ideal cooperativo era o estabelecimento da República Cooperativa, através de comunidades-piloto que levariam à cooperativização de todos os setores da atividade econômica. Esse ideal foi ficando cada vez mais distante, na medida em que o capitalismo se desenvolveu e as próprias cooperativas passaram a se integrar no sistema.

No Brasil o movimento cooperativo se desenvolveu atrelado ao Estado, que regulou suas atividades a partir de 1932.

Atualmente, existe o Conselho Nacional de Cooperativismo, subordinado ao Ministério da Agricultura, responsável pela orientação geral da política cooperativista. O Banco Central, o BNH e o INCRA fazem parte de uma estrutura de fiscalização e assistência; a Organização das Cooperativas Brasileiras é o órgão que congrega as demais cooperativas, a nível de representação do sistema cooperativo nacional; por fim, as cooperativas singulares, na base deste sistema piramidal.

Apesar de todo este controle estatal, as cooperativas nem são citadas nos modelos de planejamento econômico, desde o Plano de Metas do Governo Kubitschek até os planos atuais de desenvolvimento, como instrumentos eficazes para o desenvolvimento econômico.

Este tipo de organização favoreceu uma situação em que as cooperativas maiores e mais organizadas estão praticamente a serviço das multinacionais agroexportadoras, a exemplo da soja e trigo. Os pequenos produtores filiados às organizações não têm uma idéia clara do que é a coletivização dos meios de produção e dos benefícios que a produção cooperativada pode trazer à comunidade.

No centro-sul a situação das cooperativas e de seus associados é mais favorável em termos econômico-sociais do que no restante do país. No Nordeste, as tentativas de pré-cooperativismo através do estabelecimento de roças comunitárias ( convênio SUDENE/MEB ) encontrou obstáculos por parte dos latifundiários e também por parte dos grupos locais, que confundem palavras como comum-comunitário, com comunismo e se recusam a participar.

As cooperativas de produção podem ser um meio eficiente para organização das classes populares e para modificação da estrutura social, porque já trazem em seus estatutos "normas" de coletivização, tanto dos meios de produção como do produto final; podem também introduzir novos elementos psicológicos nos grupos sociais, ao nível de um ideal a ser alcançado, com base na solidariedade, igualdade, livre adesão e justiça social — o ideal da produção pela produção que vigora no sistema atual pode ser substituído pelo ideal da produção para o homem.

Além dos movimentos populares já citados, o povo conta com outras formas de organização e conscientização, tais como: Movimento do Custo de Vida, Clube de Mães, Movimento de Mulheres, Movimento de Comunidades Rurais, Pastoral da Terra, e outros, que também podem vir a atuar como força de pressão.

### III — CONCLUSÃO

Desde que a proposta é de mudança estrutural, com ou sem prazo, os representantes das bases sociais devem procurar organizar um conduto político identificado com sua luta, com poder de negociação e disputa.

Nesta altura, se por um lado, julga-se essencial para a instauração de uma nova ordem política e social, todas as formas de participação do povo, por outro, conta-se também com outras forças sociais, paralelas e auxiliares, por vezes decisivas, no redirecionamento do processo político. Estas forças, também insatisfeitas com o atual sistema, tais como: dissidentes da classe burguesa, intelectuais não comprometidos com o poder central, estudantes, funcionários públicos, enfim, setores liberais da sociedade, forças estas, privilegiadas ou pelo papel ou pela posição que ocupam, poderão comprometer-se, prática ou ideologicamente, com a luta de democratização.

Atualmente, as instituições políticas tentam manter-se com representantes da minoria, das elites dominantes. Pelo contrário, o redimensionamento da ação política

revolucionária parece que depende de se alcançar uma representação das maiorias em todas estas instituições.

Evidentemente, essa erupção de energias coletivas a que estamos assistindo, não se dará sem ter como resposta, meios ou decretos arbitrários por parte dos detentores do poder.

Há que ter, então, uma vigilância necessária e uma prontidão, para aproveitar todos os momentos favoráveis de crítica e oposição ao sistema autoritário vigente, visando a quebrar a hegemonia do estado burocrático-militar.